



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Justiça reprodutiva e gestações não planejadas na Atenção Primária Saúde

Sophia Azevedo Porto de Miranda¹

A presente investigação insere-se no campo dos estudos sobre Justiça Reprodutiva e políticas de saúde, articulando contribuições da psicologia social e da perspectiva interseccional para analisar os impactos da gravidez não planejada na saúde mental de pessoas que gestam. Compreende-se que a autonomia reprodutiva é acessada de forma desigual, sendo atravessada por marcadores como raça, classe, gênero e território, o que condiciona diferentes experiências no campo da reprodução (Brandão & Alzuguir, 2022). No contexto brasileiro, marcado por heranças do colonialismo, da escravização e de profundas desigualdades sociais, as gestações não planejadas configuram um importante desafio para a saúde pública, especialmente em territórios vulneráveis (Lugones, 2008; Collins, 2021). Seus efeitos extrapolam a dimensão biológica, produzindo repercussões psicossociais como sofrimento emocional, insegurança econômica e sobrecarga de cuidados. Ainda assim, tais experiências subjetivas não são homogêneas, sendo moduladas pelas condições concretas de vida e pelos suportes disponíveis.

O estudo foi desenvolvido através do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF - ICEPi) no município de Vitória (ES), a partir da realidade da Unidade de Saúde Ilha das Caieiras, localizada em território historicamente marcado por processos de exclusão social e urbanização precária. A pesquisa emerge da prática profissional na Atenção Primária à Saúde (APS), onde foram identificadas demandas recorrentes de pessoas em sofrimento psíquico associadas à vivência de gestações não planejadas, frequentemente situadas em vínculos empregatícios frágeis, conflitos familiares e ausência de suporte social. Trata-se de um

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Residente em Saúde da Família pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi) Email: sophiaazpmiranda@gmail.com.

estudo de abordagem mista, composto por revisão integrativa da literatura e análise de dados secundários provenientes de prontuário eletrônico em saúde municipal.

Os dados prévios demonstram elevada prevalência de gestações não planejadas no território, predominando entre mulheres cis adultas, muitas com experiências prévias de maternidade. Observa-se também baixa inserção em acompanhamento psicológico, indicando lacunas no cuidado em saúde mental na APS. Embora o banco de dados não permita mensuração direta de desfechos psíquicos, a literatura aponta associação entre gestações não planejadas e maior suscetibilidade a sintomas de ansiedade, estresse e depressão, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A análise vem evidenciando que os impactos da gestação não planejada devem ser compreendidos à luz dos determinantes sociais da saúde, deslocando interpretações individualizantes. Nesse sentido, a noção de Justiça Reprodutiva contribui para pensar políticas públicas que garantam condições materiais, simbólicas e institucionais para o exercício da autonomia reprodutiva, tendo em vista que o conceito “clama por justiça social para todas as mulheres, para que elas possam escolher e decidir sobre sua vida sexual e reprodutiva amparadas por políticas públicas que assegurem seus direitos de cidadania” (Brandão & Alzuguir, 2022, p.109).

Conclui-se que a articulação entre evidências científicas e dados territoriais permite evidenciar lacunas no acesso ao cuidado integral, especialmente no que se refere à saúde mental e ao planejamento reprodutivo, comprometendo-se com a análise e ação sobre as desigualdades sociais em saúde. O estudo busca contribuir para o fortalecimento de práticas profissionais mais territorializadas e alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando a necessidade de estratégias que integrem cuidado clínico, educação em saúde e garantia de direitos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRANDÃO, E. R.; ALZUGUIR, F. de C. V. **Gênero e saúde: uma articulação necessária**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula rasa, n. 9, p. 73-102, 2008.